



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

18/09/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

IBGE aponta que 9,2% das pessoas ocupadas são sindicalizadas

Em 2022, das 99,6 milhões de pessoas ocupadas no país, 9,2%, ou 9,1 milhões de pessoas, eram associadas a sindicatos. Esse é o menor contingente da série iniciada em 2012, quando havia 14,4 milhões de trabalhadores sindicalizados, o que corresponde a 16,1%. Em 2019, essa taxa era de 11%, 10,5 milhões de sindicalizados. As regiões Nordeste (10,8%) e Sul (11%) permaneceram com os valores mais altos, enquanto a Norte (7,7%) e a Centro-Oeste (7,6%), os menores.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (15), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) - Características Adicionais do Mercado de Trabalho 2022.

De 2012 a 2019, o percentual de homens sindicalizados superava o de mulheres sindicalizadas; porém essa diferença diminuiu ao longo dos anos e, em 2022, a sindicalização entre as mulheres (9,3%) era superior à dos homens (9,1%).

Todas as grandes regiões tiveram redução na taxa de sindicalização em 2022. Frente a 2012, a maior queda foi no Sul (9,2 pontos percentuais) e em relação a 2019, no Sudeste (2,4 p.p.).

Exceto por serviços domésticos, a taxa de sindicalização recuou em todos os grupamentos de atividades, tanto em relação a 2019 como a 2012. A maior queda foi em transporte, armazenagem e correios: de 20,7% em 2012 para 11,8% em 2019 e 8,2% em 2022.

Em 2022, o grupamento de atividade da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura alcançou a maior taxa de sindicalização (16,5%). Essa atividade tem participação importante dos sindicatos de trabalhadores rurais, muitos deles de pequeno porte da agricultura familiar, principalmente, nas regiões Nordeste e Sul.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 18 de setembro.

Governo ignora fila do INSS e faz manobra para reduzir gasto no Orçamento de 2024

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez uma mudança de última hora nas estimativas do Orçamento de 2024 com o objetivo de reduzir o gasto da Previdência Social, que é obrigatório, e evitar uma compressão ainda maior de outras despesas discricionárias, como custeio e investimentos.

Em um intervalo de duas semanas, o CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social) aprovou duas versões diferentes de orçamento, a última delas com um corte de R\$ 12,5 bilhões encomendado pela área econômica para contemplar "medidas de redução" relacionadas à revisão de benefícios.

As projeções de despesas também ignoram eventual aceleração na concessão de benefícios para enfrentar a fila do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que acumula pelo menos 1,69 milhão de pedidos —o número está sob escrutínio após divergências entre relatórios revelarem o sumiço de 223 mil requerimentos, como mostrou a Folha.

A apresentação feita aos conselheiros indicava a necessidade de R\$ 895,7 bilhões para honrar benefícios previdenciários no ano que vem, valor 7,24% maior do que o previsto para 2023. As cifras foram calculadas pelo INSS em nota técnica produzida em 14 de julho.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 16 de setembro.

Mercado diminui projeção de inflação para 2023 e 2024 e sobe expectativa para PIB

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez uma mudança de última hora nas estimativas do Orçamento de 2024 e economistas consultados pelo BC (Banco Central) para o Boletim Focus abaixaram nesta segunda-feira (11) a expectativa de inflação para o fim de 2023 para 4,86%, contra 4,93% no relatório divulgado na última semana. A projeção para 2024 também caiu para 3,86%.

O índice de referência, IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), saiu com alta menor do que a esperada pelo mercado, segundo os dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na última terça-feira (12). A inflação acumulada em 12 meses até agosto está em 4,61%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 18 de setembro.

Salário pode variar, mas não ser inferior ao mínimo, diz TST

A remuneração do empregado pode até variar de acordo com a quantidade de horas trabalhadas ou de unidades produzidas, mas não pode ser inferior ao valor do salário mínimo mensal.

Com esse entendimento, a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Digisec Certificação Digital, microempresa de Goiânia (GO), a pagar diferenças salariais a uma auxiliar administrativa que recebia menos que o salário mínimo.

Na reclamação trabalhista, a trabalhadora disse que fora contratada em 2017 mediante remuneração por hora para atender advogados de Anápolis que contratavam a certificação digital fornecida pela empresa, com jornada semanal de 44h. Isso resultaria numa remuneração de R\$ 1.174, mas ela só recebia entre R\$ 300 e R\$ 500 mensais.

A empresa, em sua defesa, alegou que ela tinha vínculo de emprego com a Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás e ficava à sua disposição apenas uma hora por dia, quando atuava como agente de registro.

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) manteve a sentença que indeferiu o pedido de diferenças salariais. Para o TRT, o valor do salário mínimo não deveria ser tomado em caráter absoluto e inflexível, uma vez que a trabalhadora ficava à disposição do empregador apenas algumas horas por dia.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 18 de setembro.

Mulheres vítimas de violência terão direito a auxílio-aluguel

Mulheres vítimas de violência doméstica e em situação de vulnerabilidade socioeconômica poderão receber um auxílio-aluguel para se protegerem do relacionamento abusivo. A medida consta em lei sancionada na quinta-feira (14) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O texto, que altera a Lei Maria da Penha, havia sido aprovado no mês passado pelo Congresso Nacional.

O auxílio-aluguel não poderá ter duração superior a seis meses, e será pago por estados, municípios ou Distrito Federal, utilizando os recursos destinados à assistência social. Já a decisão de pagar o aluguel deve partir do juiz responsável pelo caso de violência doméstica.

Segundo o governo federal, a proposta contou com parecer favorável do Ministério das Mulheres levando em conta que apenas 134 municípios brasileiros contam com casas-abrigo para mulheres vítimas de violência, além de outras 43 unidades mantidas por governos estaduais em todo o país.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública estimou que cerca de 18,6 milhões de mulheres foram vítimas de violência no Brasil em 2022. Em média, as vítimas foram agredidas quatro vezes ao longo do ano passado. Entre as divorciadas, a média foi de nove agressões em 2022.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 18 de setembro.

Parcela de brasileiros que sente melhora na economia atinge pico no Datafolha

A parcela de brasileiros que relata ter sentido melhora na economia do país vinha em queda desde o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas teve uma reversão, subiu e atingiu o maior patamar registrado na série histórica do Datafolha.

Os dados que mostram a mudança são da pesquisa feita com 2.016 pessoas em 139 cidades, nos dias 12 e 13 deste mês.

Em outubro de 2022, 34% declaravam sentir melhora na economia brasileira. Veio, então, a instabilidade e a polarização da disputa à presidência da República, e uma nova retração. Em dezembro, 26% relatavam melhora, em março, 23%. No entanto, na pesquisa de setembro, o percentual subiu para 35%.

No aspecto macroeconômico, o primeiro semestre foi de boas surpresas.

Em dezembro de 2022, o Boletim Focus, do Banco Central, que reúne projeções dos economistas, estimava que o PIB teria expansão de 0,8% neste ano. Agora, a expectativa é que o ano termine com avanço de 2,8%. Algumas instituições projetam alta acima de 3%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 18 de setembro.